



1

Política e Gênero: uma discussão teórica sobre a participação da mulher na política brasileira.

Juliana Macedo de Lima¹
Rosângela Marione Schulz²

RESUMO:

Neste artigo propomos a discussão sobre como está sendo abordada a participação da mulher na política brasileira, como tem sido feito o debate entre política e gênero e sua contribuição para a democracia. Para tal, realizamos uma revisão teórica dos principais autores sobre política e gênero no Brasil, e pudemos observar o papel da mídia sobre a atuação da mulher na política, principalmente entorno do estereótipo criado sobre as mulheres para sustentar o predomínio dos homens neste espaço. Este trabalho faz parte da pesquisa da dissertação em desenvolvimento sobre como, enquanto candidata, Dilma Rousseff direciona seu discurso para as mulheres, sendo portanto, necessária a compreensão da participação da mulher e suas implicações no cenário político eleitoral no país.

RESUMEN:

Este trabajo propone una reflexión sobre la forma en que se está abordando la participación de las mujeres en la política brasileña, el debate entre la política y de género y su contribución a la democracia se ha hecho. Para ello, se realizó una revisión

¹ Bacharela em Ciências Sociais –Ciência Política na Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA e mestranda no Programa de Pós-graduação em Ciência Política – PPGCPol – na Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Contato: julianamacedo.lima@gmail.com

² Doutora em Ciência Política (UFRGS) e professora adjunta no curso de Ciências Sociais na Universidade Federal de Pelotas – UFPel e professora permanente do Programa de Pós-graduação em Ciência Política – PPGCPol na mesma universidade. Contato: rosangelaschulz@gmail.com



2

bibliográfica de los principales autores de la política y de género en Brasil, y hemos visto el papel de los medios de comunicación sobre el papel de la mujer en la política, especialmente alrededor de los estereotipos sobre las mujeres creadas para mantener el predominio de los hombres en este espacio. Este trabajo forma parte de tesis de investigación en desarrollo sobre cómo, cuando era candidato, Dilma Rousseff dirige su discurso a las mujeres, siendo por lo tanto necesario entender la participación de las mujeres y sus implicaciones en el escenario político electoral en el país.



3

A participação das mulheres tem sido cotada e aumentada consideravelmente conforme a agenda política e as campanhas, como a do próprio Tribunal Superior Eleitoral (TSE) neste ano eleitoral, convocam o envolvimento da mulher na política.

Devemos, antes de entrar mais afundo sobre a discussão teórica, levantarmos dois pontos importantes: (1) as mulheres encontram resistência em votar em mulheres, apesar da pesquisa realizada em 2008 que é exposta no avançar deste trabalho, em que apontam que mais de 90% mulheres votariam em uma mulher para Presidência da República, (2) o estereótipo criado pelo discurso masculino na arena política acaba que por desencorajar a participação das mulheres e o papel da mídia como pulverizador massivo deste discurso.

Conforme Mendonça e Ogando (2013), a presença de mulheres na corrida eleitoral presidencial colocou a questão de gênero em pauta, levantando por sua vez discussões a cerca de política e gênero, afirmando que “É no interior desse contexto que se torna relevante compreender como tal pauta foi discursivamente mobilizada pelo (a)s candidato (a)s. Reconhecendo que essas candidaturas são, em grande medida, moldadas pela cobertura da mídia, pela própria retórica do(a)s candidato(a)s e pelos discursos dos oponentes” (MENDONÇA; OGANDO, 2013, P. 82).

A importância do discurso neste contexto é devido ao conjunto de sentidos, significados e a fixação destes (PINTO, 2006), através do discurso a candidata Dilma expõe o que considera verdade através dos signos e significados que compõe o universo do discurso. Segundo Foucault, a “prática discursiva” se torna fundamental por ser “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa.” (2008, p. 133), ou seja, a aplicação da formação discursiva exige o que poderíamos chamar de



4

cenário, que implica uma contextualização espaço-temporal no qual se aplica o conceito carregado de significados construídos historicamente devido a um determinado fato em alguma das áreas sociais.

O debate entre política e gênero se acirra quando se observa o estereótipo criado, como afirmam diversos autores, entre eles Carole Pateman (1993) e Flávia Biroli (2010), onde se relaciona a mulher ao espaço privado, com características como emotivas e corporais, desqualificando ao que seria uma postura de comando, para a tomada de decisões e pulso para administrar, segundo Biroli.

O desinteresse pela política, a falta de habilidade para o exercício de cargos públicos e o não pertencimento à esfera política são, assim, conectados em um conjunto de discursos que atendem a uma regularidade sem que se apresentem de forma homogênea. A oposição entre, de um lado, feminino e espaço privado, e, de outro, masculino e espaço público, [...], está na base desses estereótipos, confirmando divisões e hierarquias que colaboram para a marginalização das mulheres *da* e *na* esfera política. (2010, p. 05).

Assim como Lourdes Moreira (2009), afirma sobre a presença das mulheres nos espaços de tomada de decisão, a cultura política e cultura de gênero são entraves para maior discussão e mudanças reais na participação da mulher na esfera pública, e a forte presença de políticas voltadas para as mulheres nos discursos de Dilma Rousseff, como bem destaca Moreira “A presença e mobilização das mulheres nas instâncias de representação do poder político, nos partidos políticos ou em entidades da sociedade civil, deve ser loco de fomentação da educação e participação política das mulheres.” (2009, p. 16).



5

Há uma formação de estereótipos em relação à participação das mulheres no campo da política como Biroli (2010), onde a autora afirma que existe uma naturalização quanto à exclusão das mulheres na esfera pública, sendo utilizada como argumento de legitimação para o que a autora chama de “negócio de homens”, ela demonstra que o argumento é levantado da seguinte forma, onde “as mulheres não se interessariam pelos debates políticos e, menos ainda, por participar da política institucional porque estariam ‘naturalmente’, voltadas para o que lhes seria mais caro: a vida privada, a esfera doméstica, a maternidade.” (p. 274), a autora se baseia em Carole Pateman (1993) para explicar esse fenômeno, onde Pateman aponta que o gênero é o principal elemento sobre as definições modernas na oposição público-privado, e que é, portanto o eixo central para o debate. Para tal, a autora argumenta que

Para se compreender o patriarcado moderno, inclusive as relações econômicas capitalistas, é necessário ter em mente o contrato entre o patrão e empregado e entre senhor e escravo, além da considerar a relação entre o contrato “personalizado” na esfera privada e o contrato “impessoal” no mundo público do capitalismo. (1993, p. 62).

Biroli (2010) afirma, portanto, que a subordinação da mulher seria o elo entre a esfera pública e a esfera privada, se tornando inseparável da “liberdade e da autonomia dos ‘cidadãos’”, para esse argumento a autora utiliza a visão de Iris Young, que desenvolve a questão da perspectiva social³.

³ A perspectiva social é o ponto de vista que os membros de um grupo mantêm sobre os processos sociais em função das posições que neles ocupam. As perspectivas podem ser vivenciadas de um modo mais ou menos autoconsciente. As experiências culturais de povos ou de grupos religiosos diferenciados, bem como de grupos que reagem a uma história de injustiças ou de opressão estrutural, frequentemente lhes conferem interpretações refinadas acerca de suas próprias situações e de suas relações com outros grupos. A perspectiva pode se revelar em histórias e em canções, em brincadeiras e em jogos de palavras, assim como em formas de expressão mais assertivas e analíticas. (Iris Young, 2006, p. 164).



6

Nas formas de participação, Clara Araújo (2010) afirma que tem novidades sobre os capitais e ingresso político das mulheres, sendo vias mais tradicionais a trajetória partidária e o capital familiar, onde a autora expõe que o grau de dependência destes varie de acordo com o perfil ideológico, porém surge um “novo tipo de capital”, o capital institucional, explica que

Passados os primeiros anos de redemocratização, nos quais a inserção nos movimentos sociais e/ou o capital familiar foram decisivos, o exercício de um cargo executivo, ou de cargos anteriores, surge como elemento importante para viabilizar uma candidatura federal para quem não é ‘colocado’ como herdeiro político direto. (579-580)

A importância deste “novo capital” está na maior institucionalização que se apresentam sobre os procedimentos e a execução de políticas públicas, e que, portanto, a participação em cargos executivos se tornam referências de experiência e formação, o que leva a maior aceitabilidade e desenvolve redes de apoio para concorrer a cargos eletivos. O que no Brasil, o perfil levantado pela autora apresenta que em suas trajetórias políticas, as mulheres possuem uma considerável ocupação de cargos nos executivos estaduais e municipais.

Segundo a análise de Simone Bohn (2008) sobre dados do Survey LAPOP – Brasil 2007, há uma boa aceitação da população brasileira de votar em mulher para presidência, 88,7% das eleitoras votariam em uma candidata a presidência e 87,0% dos eleitores votariam em uma mulher para o cargo de presidente, levando-se em consideração gênero, raça e classe social, não havendo interferência estatisticamente significativa destas variáveis na análise dos resultados da pesquisa, o que foi possível apenas apurar de que idosos e pessoas com baixa escolaridade possuem menor tendência de votar em uma mulher para presidência,



Consonante às teorias sobre os efeitos geracionais do processo de modernização - que afirmam que o processo de socialização em sociedades tradicionais torna as pessoas da terceira idade menos receptivas ao princípio da igualdade de gênero -, constatamos que quanto mais jovens os indivíduos, mais tendem a esposar visões igualitárias sobre a questão da participação da mulher na política. (p. 363).

Estes dois grupos (idosos e pessoas com baixa escolaridade – que não votariam em uma mulher) contrastam significativamente sobre os motivos que as levam a essa decisão, pois, enquanto em quem votaria em uma mulher para o cargo de Presidente da República os principais argumentos são competência (96,5%); o gênero não é relevante para o processo de decisão eleitoral (97,6%); caráter (91,5%) e programa do candidato (87,3%), para os que não votariam o principal argumento é de que a política é um espaço adequado para mulheres (73,2%).

Desta pesquisa em conjunto com o que foi apresentado até o momento é perceptível que a dificuldade de inserção da mulher no espaço político não está no eleitorado brasileiro, uma vez que boa parcela do eleitorado em ambos os sexos não encontram dificuldades em votar em candidatas mulheres, exceto os casos citados acima. O fato é de que a dificuldade reside no interior do processo político, ou na distinção elaborada por Chantal Mouffe (2005) no que ela se refere ao modelo agonístico de democracia proposta pela autora, à distinção do “político” e da “política”.

Para Mouffe (2005), o “político” se refere aos antagonismos das relações humanas, que podem se expressar de diversas formas, inclusive nas relações sociais e a “política”, que compreende ser o conjunto de práticas, discursos e instituições. Nestas diferenciações apresentadas pela autora, a participação feminina encontra dificuldades, no qual no campo político podemos exemplificar a superposição do masculino sobre o feminino, tanto nas relações familiares, quantos nas relações de trabalho. No campo da



8

política, podemos citar como exemplo, o estereótipo criado sobre as mulheres na política, na tentativa de justificar o “desinteresse” das mulheres e os discursos feitos para argumentar a exclusão das mulheres da política e o predomínio dos homens neste campo.

A mídia é vista como parte que corrobora com os estereótipos de gêneros, na pesquisa apresentada por Biroli (2010) “Determinantes de gênero, visibilidade midiática e carreira política no Brasil”, apresentou forte correlação entre “o sexo das personagens e as temáticas às quais estão vinculadas”, em suma, os homens estão presentes na maior parte dos noticiários sendo vinculados aos principais temas, entre eles economia e política, enquanto que as mulheres possuem menor presença nestes mesmos campos e sua concentração está em temas de educação e fatos diversos⁴.

Mas o estereótipo não se encerra nas abordagens temáticas entre homens e mulheres, a mídia contribui de maneira enfática na vinculação da atuação pública das mulheres com feminilidade, família e beleza, enquanto que, com os homens a vinculação da atuação pública pouco ou nada se faz menção à vida particular como família, por exemplo, muitas vezes se voltam á gostos pessoais como arte. Para atuar no campo político as mulheres tem de ser mulheres e masculinizar seu comportamento para conseguir ter certo respeito quanto as suas decisões. Enquanto para os homens, a masculinidade está relacionada diretamente a sua capacidade de administrar. Como bem

⁴ Os dados da pesquisa apontam que “os homens, além de mais presentes quantitativamente em todo o noticiário, concentram sua presença em temas que têm maior destaque, ocupando posições mais centrais no noticiário das revistas. Em 28,1% dos casos, sua presença é no noticiário político, contra 14% da presença das mulheres; 3,9% dos homens estão presentes no noticiário econômico, contra 1,5% das mulheres. Por outro lado, as mulheres têm maior concentração no noticiário de *faits-divers* (49,8% contra 31,8% dos homens), cidades (4,3% contra 1,5% dos homens) e educação (1,1% contra 0,4%). Vale ressaltar que as duas primeiras, *faits-divers* e *cidades*, são as categorias temáticas em que se encontra o maior número de “populares”, personagens aos quais não é associada nenhuma competência específica.” (Biroli, 2010, p. 285).



apresentam Mendonça e Ogando (2013) sobre a “masculinização” da mulher na política é muito importante, “tanto que alguns estudos mostram que a capacidade de expressar traços tidos como masculinos é muito importante na concorrência para cargos mais elevados, como o da presidência” (p. 137).

A apresentação dos estereótipos de gênero e o reforço deste na mídia, segundo Miguel e Biroli (2009), agem de forma a constranger as ações das mulheres no campo da política devido às assimetrias e especializações apresentadas. Os autores apresentam que em casos de candidatas eleitas, os assuntos do campo da política vinculados a elas são secundários e dão menor visibilidade, enquanto que os homens eleitos estão sempre presentes nos assuntos principais da política e, portanto, mais presentes na mídia, o que contribui de sobremaneira à promoção de sua carreira política.

Segundo a pesquisa desenvolvida por estes autores, além da reduzida presença das mulheres nos noticiários, soma-se a questão da presença das mulheres vinculadas a determinadas áreas de atuação, como família e meio ambiente, por exemplo, temas que geralmente possuem menor prestígio político e, portanto, enfraquecem o alavancamento de suas carreiras políticas e reforçam características que as abatem sua capacidade política, como bem destaca os autores, a atuação das mulheres nestas áreas é restritiva já que são a “oportunidades” que possuem de atuação, já que praticamente nas áreas de maior destaque e impacto político não existem oportunidades de participação.

Os autores afirmam que esta divisão ou o que podemos chamar de ‘segmentação direcionada’ ocorre também nos setores da imprensa, onde as mulheres são direcionadas a cobrirem as notícias sob o mesmo direcionamento identificado na política, e fazem duas constatações, a de que (1) a mídia é tão masculinizada quanto a política; e (2) a sub-representação feminina neste espaço é ainda menor que no campo político, e vê como consequência o reforço sobre o estereótipo gênero e as expectativas sobre os



10

grupos atuantes, e ainda “no caso em foco, a construção da divisão entre uma esfera privada feminina e uma esfera pública masculina faz com que as mulheres na política se vejam na posição de forasteiras, tendo que reafirmar, a cada momento, seu “direito” de estar ali.” (2009, p. 73), assim, se faz recair sob as mulheres a responsabilidade de levantar pautas relacionadas à esfera privada no espaço público.⁵

Finnamore e Carvalho (2006) levantam uma questão importante para este cenário, à questão quanto à diferença da educação de meninos e meninas e sua interferência na orientação política. Os autores explicam que a compreensão entorno da participação feminina acaba por levantar questionamentos sobre a participação, como por exemplo, se devem realmente participar da política, se devem ter participação igualitária em relação aos homens ou se seu lugar é no lar.

Estas questões, segundo os autores, são geradas e acabam perpassando questões sobre a participação política, alcançando outros tipos de relações sociais, como por exemplo, posições diferenciadas diante das mesmas leis de trabalhos, gerando assim um processo contínuo de discriminação de gênero, o que põe em evidência as influências religiosas e dúvidas sobre o reconhecimento⁶ e pertencimento ou não a um segmento/grupo social, neste caso, de mulheres, seguindo a partir daí suas pluralizações, como por exemplo, de negras. Miguel e Birole apontam que

⁵ A análise de uma amostra de mais de 10 mil discursos pronunciados no plenário da Câmara Federal durante a 51ª e a 52ª legislaturas (1999 a 2006) mostra uma concentração desproporcional das deputadas nas questões vinculadas a direitos humanos (15,8% dos discursos delas, contra 4,9% dos discursos dos deputados homens) e a família e infância (8,2% contra 2,7%). Agrupadas todas as temáticas de teor mais social ou vinculadas à esfera privada (educação, saúde, família, habitação, direitos do consumidor etc.), elas aparecem em 47,1% dos discursos das mulheres, contra apenas 31,6% dos homens

⁶ Sobre reconhecimento alguns de seus principais teóricos sobre são Iris Young (2000; 2006), Axel Honneth (2003), Charles Taylor (1998) e Nancy Fraser (2001).



11

Os dados corroboram a percepção de que os estereótipos de gênero impõem constrangimentos à ação das mulheres na política. É possível dizer que esses são impostos também aos homens, que encontrariam dificuldades para escapar ao modelo considerado “masculino”. A diferença é que a ação esperada dos homens é aquela que melhor promove a carreira política, ao passo que o comportamento “feminino” contribui para reter as mulheres nas posições mais periféricas do campo.

Ou seja, ao ingressar na vida política, uma mulher deve pesar o quanto vai se conformar às expectativas sobre sua atuação - restringindo-se a áreas de menor prestígio e visibilidade, com menor potencial para agregar capital simbólico - e o quanto vai afrontá-las, sofrendo os ônus vinculados a uma conduta desviante. Trata-se de um cálculo bem mais custoso do que aquele ao qual os homens se encontram submetidos. Essas expectativas, vinculadas aos estereótipos de gênero e confirmadas cotidianamente pela divisão sexual do trabalho político, num processo de naturalização que colabora para sua perpetuação, estão presentes entre o público (isto é, os eleitores), entre as lideranças políticas e entre as próprias mulheres (ver BOURDIEU, 1998). Também estão presentes nos jornalistas, de ambos os sexos, que produzem o noticiário político. (2009, p. 73-74).

Ressaltam ainda da importância da mídia nos cálculos que as mulheres devem fazer, pois os autores afirmam que este é um elemento essencial, uma vez que ele produz o capital político e também deriva do mesmo, o espaço dado às mulheres soma conforme for aumentando sua proximidade com a “esfera tradicional” da mídia.

Existem estudos que tentam dar conta das possíveis motivações sobre a decisão de participação feminina, como Araújo (2009) ao analisar as cotas para mulheres nos partidos na corrida eleitoral, dado 12 anos após a implementação da lei no Brasil, constatando não haver eficácia nesta política e nos leva a observação de algumas das possíveis causas, já que dentro do debate teórico não existe um consenso sobre as causas, em exceção da fragilidade que a acadêmica confere à lei em vigor. Dentre



12

algumas das explicações sobre a ineficácia da lei de cotas, está à dificuldade de identificar o perfil, incluindo o socioeconômico de recrutamento e como este perfil incidiria sobre a eficiência representativa das mulheres e a identificação de variáveis institucionais e não institucionais que podem servir de barreira ou de incentivo à participação das mulheres.

Para concluirmos, toda essa problemática entorno da sub-representação feminina no campo político aumenta o debate sobre a importância do equilíbrio da participação feminina na democracia, uma vez que, segundo Almeida; Lüchmann e Ribeiro (2012) a participação feminina impacta diretamente na formação de “agendas temáticas decisórias”, onde através de análises de pesquisas realizadas nos Estados Unidos, no Brasil e em outros países latino-americanos apontam que a participação das mulheres nos processos decisórios, em comparação com a participação masculina, tendem a dar maior atenção a grupos mais socialmente vulneráveis, como idosos, crianças, deficientes e as próprias mulheres, os autores alegam que a sub-representação feminina alicerça as injustiças de duas maneiras, primeiro a desproporcionalidade entre a população feminina e o grupo político feminino, nos dando um claro exemplo de que nem toda minoria política significa uma minoria social.

A segunda é a tomadas de decisões sobre determinados grupos em detrimentos de outros, visto que sua participação é geralmente em temas secundários do sistema político,

Esse fenômeno evidencia as interdependências entre a *representação descritiva*, geralmente associada a perguntas sobre “quem representa?”, e a *representação substantiva*, que nos leva a perguntas sobre “o quê representa”, tornando particularmente importante o diagnóstico das barreiras que as mulheres enfrentam para entrar no sistema político, como o próprio diagnóstico do perfil daquelas que obtém sucesso em tal empreitada. (p. 238).



13

É importante destacar que Almeida; Lüchmann e Ribeiro (2012) apontam uma relação das candidatas eleitas no legislativo brasileiro com o associativismo semelhante apontada por Araújo (2010), os primeiros autores apontam que as mulheres não possuem ou é de baixo grau o vínculo com associações referentes aos grupos que defendem nos processos decisórios (idosos, crianças, deficientes), principalmente ao movimento de mulheres. A segunda autora apresenta que no padrão brasileiro, esse tipo de atuação é bem pequeno, especialmente comparado com a atuação feminina na Argentina, sobretudo em movimentos de mulheres. Demonstrando por fim, que o perfil parlamentar brasileiro não mantém ligação direta à suas bases associativas.

Isso nos remeter ao problema gerado devido ao afastamento do eleito de seu eleitorado apresentado por Iris Young (2006), afirmando que “o principal problema normativo da representação é a ameaça de desconexão entre o representante único e os muitos que ele ou ela representa.” (p.156), a autora o afastamento faz com que o eleitorado perca a percepção de influência da produção de políticas públicas voltadas aos grupos que compõe o mesmo, assim podendo gerar, concomitantemente, o desafeitamento e a abstenção da participação. E também obstáculos quanto à representação e o *accountability*, argumentando que

O processo de autorização e responsabilização que constitui a prática representativa não deve enfim ser confinado aos organismos públicos oficiais. Já assinalei aqui que a livre associação da sociedade civil contribui para a formação e a expressão de interesses e opiniões. A sociedade civil também é uma importante instância de consolidação e expressão de perspectivas sociais. Ademais, a organização e a mobilização nas esferas públicas da sociedade civil estão entre os meios mais efetivos de se manter as conexões entre representantes e



14

eleitores, e de se efetivar a prestação de contas dos representantes. Aprofundamos a democracia quando encorajamos o florescimento das associações que as pessoas formam de acordo com os interesses, opiniões e perspectivas que consideram importantes. As atividades autônomas e plurais das associações civis propiciam aos indivíduos e aos grupos sociais, em sua própria diversidade, uma inestimável oportunidade de serem representados na vida pública. (p. 187).

O que se pode observar sobre o associativismo e a participação das mulheres é que este é o meio mais comum de recrutamento. A forma de associativismo que mais tem tido destaque na participação feminina levando à eleição de candidatas foi o sindical, neste espaço, conforme que Almeida; Lüchmann e Ribeiro (2012), “segue o aumento no número de mulheres que exercem o papel de lideranças sindicais, o que potencializa as possibilidades de ascensão política, na medida em que os sindicatos são espaços de participação que apresentam estruturas mais abrangentes e complexas, com diferentes frentes de atuação e de relações.” (p. 248), uma vez que estes espaços possibilitam o desenvolvimento de habilidades políticas, o que segundo os autores, amplia a base de conhecimento, e estabelecimento de relações políticas e sociais, contribuindo para a formação de lideranças de altos cargos, exercendo influencia de semelhante grau os movimentos estudantis e de mulheres.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Karla Galvão; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Por uma política de acesso aos direitos das mulheres: sujeitos feministas em disputa no contexto brasileiro. *Psicol. Soc.*, Florianópolis, v. 20, n. 3, Dec. 2008, pp. 465 – 474.

ALMEIDA, Carla; LÜCHMANN, Lígia; RIBEIRO, Ednaldo. Associativismo e representação política feminina no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº8. Brasília, maio - agosto de 2012, pp. 237-263.



15

ARAÚJO, Clara. Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre instituições e a cultura. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 2. Brasília, julho-dezembro de 2009, pp. 23-59.

_____. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo – um estudo comparado entre Brasil e Argentina. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 18(2): 352 maio-agosto/2010.

BIROLI, Flávia. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. *Cadernos Pagu*, nº 34, janeiro-junho de 2010, p. 269-299.

_____. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. *Cadernos Pagu*, vol. 34. Janeiro-junho de 2010: 269-299.

BONH, Simone R. Mulher para presidente do Brasil? Gênero e política na perspectiva do eleitor brasileiro. *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 14, nº 2, Novembro, 2008, p.352-379.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. *Estud. av.*, São Paulo, v. 17, n. 49, Dec. 2003, pp. 151 – 172.

FINAMORE, Claudia Maria; CARVALHO, João Eduardo Coin de Carvalho. Mulheres Candidatas: relações entre gêneros, mídia e discurso. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 14(2): 347-362 maio-agosto/2006.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Neves. 7º ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. *Cadernos de campo*, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1987.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Trad. Luiz Repa. - São Paulo: Ed. 34, 2003.

MENDONÇA, Daniel de. Como olhar “o político” a partir da teoria do discurso. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 1. Brasília, janeiro-junho de 2009, pp. 153-169.



16

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; OGANDO, Ana Carolina. Discursos sobre o feminismo: um mapeamento dos programas eleitorais de Dilma Rousseff. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol.28, nº83, São Paulo, outubro 2013, pp. 195 – 216.

MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. Mídia e representação política feminina: hipóteses de pesquisa. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 15, nº 1, Junho, 2009, p.55-81.

MOREIRA, Lourdes Carmo. As mulheres nos espaços de decisão política. Niterói: 2009. Disponível em <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/politicas-publicas/publicacoes>> Acesso em mai. 2014.

MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 25, p. 11-23, nov. 2005.

PATERMAN, Carole. O contrato sexual. Trad. Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PINTO, Céli Regina Jardim. Elementos para uma análise de discurso política. *Revista Barbarói*, nº 24, Rio Grande do Sul, ano 2006/1, pp. 78 – 109.

TAYLOR, Charles. Multiculturalismo. Trad. Marta Machado. Princeton, university Press, 1994.

YOUNG, Iris Marion. *Inclusion and democracy*. Oxford University Press, 2000.

_____. Representação política, identidade e minorias. *Lua Nova*, núm. 67, 2006, pp. 139-190.